

E, como vinha, e ia acontecer essa escuta pública junto ao Conselho, a Secretaria tinha aberto mão de ouvir as suas unidades escolares. Mas, sentindo a necessidade de estar levando isso para a escola para ser mais amplamente divulgado, amplamente debatido e ouvirmos, para que a gente pudesse traçar as nossas trajetórias de implementação. A Secretaria abriu o processo de discussão do Novo Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular nas unidades. Ele iniciou-se em maio e terminou em julho, final de junho. Ficaram 45 dias abertos para que a unidade debatesse sobre o Novo Ensino Médio e trouxesse as suas expectativas. Assim como também abriu em formulários para que os professores pudessem contribuir, fizesse uma nova contribuição no documento de orientação curricular, que já havia sido remetido ao Conselho Estadual de Educação.

Bom, assim aconteceu. O documento foi remetido às unidades escolares, e, em junho, as unidades escolares remeteram esse documento novamente para as regionais pedagógicas, que remeteram à Secretaria. E a Secretaria fez uma análise de todas essas contribuições. Com essa análise que a Secretaria fez, um novo documento foi constituído e remetido, em julho deste ano, novamente ao Conselho Estadual de Educação com essas novas contribuições, com esses novos olhares que as nossas unidades escolares fizeram.

Na verdade, o que essa Lei 13.415 vai estar trazendo de novo. O principal fato é que ela é uma lei que altera a LDB. Ela amplia a carga horária de oitocentas horas para mil horas anuais, totalizando três mil horas, fato este que o Rio de Janeiro já traz nas suas matrizes curriculares. Ele já traz essa oferta de mil horas. Então, para a gente essa mudança não causa grande impacto. E a grande mudança que ela traz para as redes, para os sistemas e para, particularmente, a Secretaria de Estado de Educação, é que a carga horária passa a ficar definida, essas três mil horas e 1.800 horas para BNCC e, no mínimo, de 1.200 horas para os itinerários formativos. A legislação fala em no mínimo 1.200 horas, porque, para as escolas de Educação Integral, em tempo integral, esse período, esse tempo, esse quantitativo de horas pode aumentar na oferta dos itinerários formativos. E essa legislação também traz uma política de fomento à implementação de escolas de Ensino Médio em tempo integral.

Bom, com o advento da lei, vem a questão das arquiteturas que podem ser definidas para o Novo Ensino Médio. Você passa hoje o que define a LDB, que são as oitocentas horas. Em 2022, mil horas. E aí vêm as arquiteturas que a gente pode traçar.

Um primeiro exemplo seria uma arquitetura que você vem de forma igualitária, traçando essa divisão entre Base Nacional Comum e itinerários formativos de forma igualitária ao longo das três séries do Ensino Médio. Um segundo exemplo é trazendo o maior quantitativo de carga horária de BNCC para a primeira e para a segunda série, e o menor quantitativo na terceira série, com um maior quantitativo de horas para os itinerários formativos. E, por fim, uma possibilidade que você coloca toda a sua carga horária em BNCC na primeira série, e na terceira série um quantitativo expressivo de carga horária para os itinerários formativos, e um quantitativo bem reduzido para a BNCC. Dentro de todo esse cenário, dentro do que vinha definindo, a Secretaria foi traçando a sua estratégia de implementação.

Vale antes dizer: hoje nós temos um cenário nacional dessa implementação dos currículos já aprovados do Novo Ensino Médio. Esse mapa é de 17 de outubro. Dezesseis Estados hoje já estão com os seus referenciais curriculares aprovados e prontos para implementação do Novo Ensino Médio em... aprovados, homologados e prontos para implementação em 2022. Cinco estados estão com os seus referenciais curriculares no Conselho Estadual de Educação aguardando a aprovação e a homologação. Daí está o estado do Rio de Janeiro. É o nosso caso. E cinco estados ainda estão confeccionando os seus referenciais curriculares para posterior envio aos Conselhos Estaduais de Educação. Então, é importante a gente apresentar esse cenário para mostrar que o Rio de Janeiro está numa previsão para implementação em 2022, juntamente com outros cinco Estados já com processo encaminhado.

É importante também, dentro desse cenário, abordar que hoje somente um Estado vem implementando o Novo Ensino Médio para toda a sua Rede, que é São Paulo. Os demais Estados implementam em unidades-piloto. Então, somente em São Paulo que a gente já tem hoje o Novo Ensino Médio implementado em 100% da Rede.

Dentro das estratégias, conforme eu vinha falando, de que a Secretaria estaria seguindo para o Novo Ensino Médio, a Secretaria de Estado de Educação pensou que a melhor estratégia a seguir seria a estratégia de oferta de oitocentas horas de BNCC na primeira série, com duzentas horas de itinerário formativo; seiscentas horas de BNCC na segunda série, com quatrocentas de itinerário formativo; e quatrocentas horas de BNCC na terceira série, com seiscentas de itinerário formativo.

E o que significa essas duzentas horas de itinerário formativo? Significa que, na previsão de implementação para 2022, da Secretaria de Estado de Educação, nós teremos, dentro dos itinerários formativos, somente a oferta de projeto de vida e componentes eletivos. Componentes eletivos esses que são desenvolvidos através de projetos, e que eu vou falar um pouquinho mais à frente como anda isso.

Como é que fica a escolha dos itinerários formativos e a oferta desses itinerários formativos? A Secretaria de Estado de Educação teria todo o ano de 2022 para que as escolas fizessem as escolhas dos itinerários formativos que seriam ofertados a seus estudantes e, somente em 2023, esse estudante estaria estudando os componentes específicos do itinerário formativo que ele estaria escolhendo em 2022. Então, em 2022, não há o que se falar em itinerário de área do conhecimento, itinerário técnico e profissional. Ainda não há o que se falar, porque nós estaríamos discutindo isso na escola, para, em 2023, a unidade escolar faria essa escolha de oferta, dentro das suas possibilidades, dentro da realidade, dentro dos anseios da comunidade escolar. E, 2023, aí sim, para a segunda série, entrariam os componentes específicos desses itinerários formativos.

Bom, então como seria essa implementação? Essa implementação seria gradativa. Em 2022, somente os alunos oriundos do nono ano do Ensino Fundamental, anos finais, estariam entrando na primeira série do Ensino Médio, que teriam projeto de vida nos seus componentes curriculares e os componentes eletivos. E os demais estudantes da segunda e terceira série estariam dando terminalidade ao percurso formativo que eles entraram naquela escola.

Em 2023, a primeira e a segunda série estariam fazendo parte do Novo Ensino Médio, e os alunos da terceira série estariam dando terminalidade ao percurso formativo que entraram naquelas unidades escolares. Em 2024, todas as séries do Ensino Médio estariam, sim, no percurso do novo Ensino Médio. Aí nós já não teríamos mais os percursos formativos antigos. Toda a Rede estaria como o novo Ensino Médio e as suas especificidades.

Qual é as vantagens dessa trajetória que a Secretaria pensou na sua implementação? Seria, pelo ano de 2022, para orientar os estudantes sobre as suas escolhas. A Secretaria teria, durante o ano de 2022, todo um trabalho junto às unidades escolares, junto aos professores, junto à realidade dessas comunidades escolares, para que pudesse preparar principalmente esse aluno para as suas escolhas. Porque realmente ele vai resolver estar fazendo, estar escolhendo como especificidade no Ensino Médio. Também, a gente fazendo essa trajetória, a gente daria possibilidade de ter um amplo debate nas unidades escolares, para seleção, por parte dessas unidades, de quais seriam as ofertas de itinerários formativos que melhor fossem adequadas às comunidades escolares.

Também teríamos uma possibilidade maior de formação para os profissionais da Secretaria de Estado de Educação. Não que a Secretaria não esteja formando esses profissionais. Eu vou falar mais adiante das nossas ações já. Mas teria um período maior devido até às demandas que viriam dessas unidades escolares quanto às suas escolhas de também ofertar possibilidades de formação para os seus professores.

E, além disso, aquisição de equipamentos, de materiais, para poder facilitar e viabilizar esse processo de ensino-aprendizagem, que viriam das demandas que seriam, que aconteceriam nessas escolas.

Bom, nessas ações de implementação, a Secretaria de Estado de Educação começou formando diversos grupos de trabalho. Esses grupos de trabalho tinham frentes de criação de um catálogo de eletivas para a Rede, componentes eletivos, e grupos de trabalho de itinerários formativos de Educação Integral em tempo integral, com especificidades que nós já ofertamos na Rede. Os Técnicos Integrados, o Curso Normal, as Unidades Agrícolas, as Interculturais, as Cívico-Militares, essas já têm itinerários predefinidos no nosso olhar.

Último slide que eu trago são as ações que nós já fizemos e já estamos fazendo amplamente aqui para tocar essa implementação em 2022, que é um catálogo de eletivas prontas, com 117 componentes eletivos construídos por nossos profissionais, por nossos professores. Já estamos fazendo as revisões legislativas que são necessárias para o novo Ensino Médio. No Sistema Conexão Educação, ele já foi adequado para oferta dos componentes eletivos. Nós já estamos com os manuais de orientação para esses componentes eletivos preparado. Já temos um plano de implementação, que já encaminhamos inclusive para o Ministério da Educação. Já estamos na construção dos itinerários formativos do que seria uma base curricular dos itinerários formativos da Educação Integral. Ou seja, as Interculturais, os Técnicos, os Agrícolas, Cívico-Militares. Já estamos com isso pronto. E estamos com ofertas de formações, tanto com a UFF, no itinerário específico de empreendedorismo, quanto com a UERJ, para as especificidades do Novo Ensino Médio.

Por fim, eu gostaria de primeiro agradecer essa oportunidade. Mais uma vez a gente está apresentando esse nosso trabalho e as estratégias da Secretaria de Educação. E dizer que essa frase que, para mim, é marcante na minha vida profissional, que "a Educação não transforma o mundo, a Educação muda as pessoas. As pessoas transformam o mundo." E deixar aqui a minha - vamos dizer - admiração, o meu agradecimento enorme à nossa subsecretária Joilza Rangel, ao nosso secretário Alexandre Valle, pela oportunidade de estarmos fluindo com esse trabalho do novo Ensino Médio, com muita tranquilidade, com muita transparência, com muita seriedade, na Secretaria de Estado de Educação. Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Obrigado, Professora Flávia. Mais alguém quer falar pela Secretaria de Educação?

Eu acho que uma questão que vai aparecer, em muitas falas, se você pudesse, Flávia, resumidamente, já antecipar, na proposta de vocês, já há uma redução da carga horária da formação geral no primeiro ano, já no ano que vem. O que vocês pensaram em termos de disciplinas concretamente para a Rede? Que disciplinas seriam cortadas, quais seriam mantidas, como é que seria isso?

A SRA. FLÁVIA COSTA - Então, Deputado, a gente já está praticamente abordando todos os componentes curriculares, falar nessa questão de corte de disciplinas, para mim, é um viés muito tênue. Na verdade, o Novo Ensino Médio traz a possibilidade de um componente curricular que não é trabalhado na Base Nacional Comum Curricular ser trabalhado como componente eletivo com a sua especificidade. Então, como nós estamos entrando já com esses componentes eletivos, na carga horária que era reduzida da Base Nacional Comum Curricular, há a possibilidade do trabalho, que a gente ainda não pode traçar isso, só quando o nosso Documento de Orientação Curricular estiver efetivamente aprovado pelo Conselho. A gente tem algumas estratégias de trabalho, mas a gente ainda não pode ter definição quanto a isso, porque primeiro a gente precisa ter essa aprovação, mas a Base traz essa possibilidade. O que você não trabalha na especificidade da Base Nacional Comum Curricular você pode trabalhar nesse concorrente eletivo, que vai entrar nessa parte diversificada do currículo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Obrigado.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Flávia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Deputado Waldeck.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Acho que nós vamos precisar organizar a sequência de instâncias que vão se inscrever, e aí depois a Seeduc poderia voltar a intervir. Eu só queria, Professora Flávia, deixar aqui com preocupação, para uma nova rodada de intervenções da Seeduc, para que a gente não tome muito tempo das várias instituições que querem se expressar. Primeiro agradecer a sua exposição, Flávia, esse esforço de sistematização.

Se você me permite um comentário inicial, eu até sei que a Seeduc promoveu recentemente várias atividades alusivas ao centenário de Paulo Freire. Teve exposição de trabalhos, foi bacana. Mas eu pessoalmente acho que Paulo Freire não é propriamente uma referência para essa Reforma. E eu vou explicar por que mais adiante no debate. Eu acho que o pensamento freiriano de modo algum fundamenta essa Reforma do Ensino Médio.

De qualquer maneira, as questões que eu queria levantar, que não me pareceram suficientemente claras na sua exposição, primeiro têm a ver com esse debate complexo sobre o que nós vamos garantir como formação geral, integral, densa, básica, aos adolescentes e jovens que estudam no Ensino Médio. Porque, se a gente quiser trabalhar com dado - tem vários possíveis -, mas no Brasil 86% das matrículas do Ensino Médio estão no setor público. No Rio de Janeiro, algo em torno de 80%, Professora Joilza. Nós temos 76,5% nas redes estaduais, na Rede Estadual, no Rio de Janeiro; 3,5 na Rede Federal - nós temos aqueles colégios federais vinculados às universidades, além do Pedro II -; e quase 20%, pouco mais de 19%, no setor privado.

Onde que eu quero chegar com essa intervenção? Embora a nossa preocupação seja com o sistema, a Lei, inclusive, do Ensino Médio se refere o tempo todo aos Sistemas de Ensino, mas, Flávia, grande parte do Ensino Médio no Brasil estão nas redes públicas. Esses alunos, Professora Flávia, em boa medida esses alunos dependem fundamentalmente da escola pública para se apropriar de certos bens culturais, certos conhecimentos, enfim, que em geral eles têm dificuldade de construir fora do ambiente da escola. Então, me preocupa muito. Isso não apareceu com clareza como que a Seeduc vai lidar com esse preceito da reforma, de que apenas a Língua Portuguesa e a Matemática são componentes curriculares obrigatórios. Qual vai ser o destino dos outros componentes curriculares. Nem estou falando em termos de disciplina. A Reforma não fala "disciplina", mas os outros componentes curriculares, qual será o destino deles no currículo de Ensino Médio no Rio de Janeiro e, consequentemente, qual será o destino deles no currículo de Ensino Médio no Rio de Janeiro e, consequentemente, dos Professores e Professoras nessas áreas do conhecimento.

Além disso, uma questão para o debate na sequência, não é para agora. Como que a Seeduc está pensando em relação a um dispositivo muito preocupante da Reforma do Ensino Médio, que é a possibilidade aberta para a lei de 2017, de você cumprir parte da carga horária do Ensino Médio através da educação a distância? O que nós vivemos na pandemia com o ensino remoto foi uma situação emergencial. E eu sou inclusive daqueles que acham que as escolas brasileiras precisam muito - sabe, Professora Joilza -, muito, muito se modernizar tecnologicamente e tirar o melhor proveito das tecnologias e das novas mídias nos processos de ensinar e de aprender. Entretanto, isso não significa, do meu ponto de vista, uma substituição da interação presencial pela educação a distância. Porém, a Reforma do Ensino Médio abre essa possibilidade. Inclusive, a possibilidade de parcerias com instituições de educação a distância, a maioria delas é privada. Então, não ficou claro o que a Seeduc pretende fazer com essa questão. Inclusive seria chocante até, porque recursos do Fundeb sob essa lógica, cursos do Fundeb poderiam até custear parcerias com o setor privado para parte do currículo de Ensino Médio ser feito, a ser desenvolvido através da educação a distância. Então, isso é o que a lei permite. Não estou dizendo que a exposição da Professora Flávia disse isso. Isso é o que a lei federal permite. Queria saber como que a Seeduc encara essa questão, como parece também uma questão problemática em relação ao modelo proposto na lei de 2017.

Então, ficam essas questões, Flávia, na sequência do debate, porque eu acho que agora a gente precisa ouvir as diferentes instâncias que estão aqui na nossa audiência querendo se expressar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Deputado Waldeck, eu vou então deixar para me expressar de forma um pouco mais sistematizada, antes de voltar a palavra para a Seeduc, para deixar que a gente ouça um pouco os representantes da sociedade.

Eu tinha recebido aqui uma informação de que a Professora Rafaela Reis, da ABCECS, teve uma dificuldade de horário e queria fazer uso da palavra. A Professora Rafaela, continua aqui conosco ou não? Acho que ela já teve que sair.

Então, eu vou intercalando com os convidados com algumas pessoas que já se inscreveram aqui na lista. Vou começar chamando, então, o Elson, do Sinpro, para fazer uso da palavra. Bom dia, Elson. Vou pedir brevidade para todas e todos, porque a gente tem um encaminhamento, ou um entendimento a tentar fazer ao final dessa audiência, que é muito importante. Então, a gente tem alguns convidados que querem fazer uso da palavra, para a gente não perder o pé do encaminhamento. Está bom? Elson, bom dia. Obrigado pela presença.

O SR. ÉLSON - Mais uma vez, obrigado, Deputado Serafini, Deputado Waldeck, em nome dos dois eu faço minha saudação aos demais deputados, à Alerj e às duas Comissões, Ciência e Tecnologia e Educação. Professora Joilza, subsecretária de Educação, representando a Seeduc e todas as colegas que estão aí. Todos que estão aqui presentes, diretores de escola, que eu estou vendo companheiros que estão aqui, representantes também, educadores e trabalhadores da Educação, de uma maneira geral, que estão aqui presentes nesse momento.

Eu estou aqui representando o Sinpro, Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e região, que atua também na área de Itaguaí, Paracambi e Seropédica.

Ouvindo muito atentamente a exposição da Seeduc, muito atentamente também a exposição em relação a essa proposta de minuta que o Professor Marcelo colocou, que está vindo do Conselho Estadual de Educação. Eu quero registrar aqui que o principal itinerário que o nosso aluno precisa é ascender na sociedade, é avançar na sociedade através da Educação, porque não há um outro caminho que não seja esse. E, infelizmente, o que nós estamos vendo - aí eu vou usar palavra do Paulo Guedes -, a bomba-relógio que foi colocada no bolso da Educação é esse BNCC. Infelizmente, o que nós estamos vendo é a total destruição do que nós tínhamos arduamente construído durante anos, de valorização do processo educacional sendo colocado fora, onde a construção desse princípio de itinerários, dizendo-se de um discurso de reformulação e modernização do Ensino Médio simplesmente está cada vez mais criando um abismo dentro da sociedade entre aquele que vai ter condição de pagar uma escola muito boa e vai ter quatro tempos de Biologia, quatro tempos de Geografia, quatro tempos de História, seis tempos de Matemática. Vai ter uma quantidade e uma qualidade de disciplinas muito grande na sua escola privada que ele vai pagar, e ele ainda vai ter também a sua escola pública diminuída cada vez mais na sua carga horária, e é disso que a gente tem que falar, carga horária. É isso mesmo que nós estamos falando aqui, carga horária dos professores, carga horária que os alunos vão ter de aula.

Quero relatar a vocês o seguinte: nós já estamos recebendo denúncia no Sindicato dos Professores, e não só do Município do Rio de Janeiro, de todo o Estado do Rio de Janeiro, de escolas particulares que já estão informando aos seus professores de História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Artes, que, para o ano que vem, as suas cargas horárias já estão reduzidas à metade. À metade! Então, além da diminuição de carga horária para o aluno, também a carga horária de trabalho do trabalhador da Educação, que é o Professor. Nós não estamos falando aqui de melhoria da Educação. Desculpe. Não estamos no discurso da melhoria da Educação. Nós estamos num discurso aqui, num debate que é única e exclusivamente quem vai poder estudar mais, ter uma melhor educação e ascender na sociedade e quem não vai ter uma qualidade de educação, não pelo Professor que está na sala de aula, mas pela quantidade de aula que ele vai ter.

Acho que o discurso que nós deveríamos estar fazendo aqui também, e aí eu acho que isso tem que estar atrelado também, não sei, dentro desse debate, é: por conta da pandemia, como vão ficar os nossos alunos nesse momento? Porque o debate que nós deveríamos ter agora é ter pelo menos mais um ano no Ensino Médio, que seja até opcional para os nossos alunos, mas eles terem direito a mais um ano de carga horária de aula presencial. Nossos alunos do nono ano terem mais uma aula presencial. Os nossos alunos do sexto ano terem mais aula presencial. Os nossos alunos da Educação Infantil terem mais um ano de aula, para poder avançar, porque foram atrasados. Infelizmente a pandemia fez isso. Não foi porque os professores quiseram ou os trabalhadores de Educação.

Então, eu quero registrar aqui que a BNCC já está desempregando, a BNCC já está criando a escola A, que sempre existiu, mas pelo menos havia um mínimo de carga horária para poder se trabalhar.

Eu quero colocar - a Professora Joilza está aí -, eu sou Professor do Estado também. Eu, quando entrei no Estado - sou Professor de Biologia -, os alunos do terceiro ano tinham direito a três tempos de Biologia. Aí veio o Garotinho, tirou isso, e todo mundo passou a ter dois tempos. Todo mundo passou a ter dois tempos. Ou seja, já começou ali a derrota do Ensino Médio da Rede Estadual. E, agora, quando a gente cria os itinerários, mais ainda vamos sofrer esse problema. Porque os alunos, infelizmente, não vão ter nem consciência, como aquela propaganda falida e mentirosa do MEC, que a gente teve na época da discussão da BNCC, "agora eu vou escolher o meu destino", "agora eu vou escolher o que é o melhor". Mentira! Isso é mentira! Foi instituída a mentira dentro do processo educacional. O aluno não sabe, não tem condição de escolher esse caminho agora, ainda mais tendo carga horária reduzida.

Então, o que eu quero registrar aqui é que o debate no Conselho Estadual de Educação realmente tem sido muito profícuo. Aliás, eu quero registrar aqui à Alerj, não só às duas Comissões, mas à Alerj, que nós temos que fazer realmente uma reformulação no Conselho Estadual de Educação. Porque não é possível termos duas representações de empregadores e de patrões, Sinepe/Rio e Sinepe/RJ, e só temos a Feperj como representante dos trabalhadores da Educação privada. Só de cara aí já começa no 2 a 1. Além do que - a gente sabe muito bem - que é através das indicações da Seeduc e da Alerj, as entradas de donos de escola dentro do Conselho Estadual de Educação são muito grandes. Então, isso não dá para a gente ter uma discussão dentro do Conselho Estadual de Educação de maneira equilibrada.

Então, eu quero registrar aqui que o Sinpro/Rio está à disposição para discutir com a Seeduc, com o Conselho Estadual de Educação, com a Alerj, de maneira propositiva, e não só crítica na questão negativa. Não, encontrando pontos positivos. Eu acho que o discurso que o Professor Marcelo colocou aqui é bom para a gente avançar no debate, mas é importante que isso seja mais profícuo.

Por isso acho que a lei, concluindo, Deputado Flávio Serafini e Deputado Waldeck. Eu acho que a questão da lei em que a gente coloca o ano de 2022 como um ano de debates para aprofundamento do que é a BNCC para o Estado do Rio de Janeiro, eu acho importante.

Da maneira que o companheiro Marcelo colocou aqui, em relação a que o Conselho Estadual de Educação na sua minuta diz - foi o que eu entendi. "Quem já quiser fazer faz, porque está seguindo a BNCC nacional, mas quem não quiser espera um pouco mais que a gente vai organizar alguma coisa lá na frente. É isso que está sendo colocado, e infelizmente as escolas privadas já estão desempregando os professores. E não estão diminuindo a mensalidade, não; pelo contrário. Aumentam e muito a mensalidade de um ano para o outro sem dar o aumento digno aos profissionais da Educação que trabalham lá dentro, sejam eles Professores ou sejam eles os técnicos administrativos.

Obrigado, mais uma vez, e obrigado a todos pelo espaço. E vamos continuar nesse debate, importantíssimo para a Educação do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Obrigado, Elson.

Passo a palavra agora para Rosilene Almeida, do GT do Sepe.

A SRA. ROSILENE ALMEIDA - Bom dia a todos e todas. Primeiro eu quero parabenizar mais uma vez a Comissão de Educação da Alerj para esse, mais esse debate. Acho que essa aprovação desse PL é urgente.